

Discurso do governador do Banco de Cabo Verde proferido na abertura dos trabalhos de 1ª Assembleia Constitutiva da Federação das Associações Cabo-Verdianas de Microcrédito

Praia, 04-03-04

Ex.mos Senhores Representantes da Mesa da Assembleia Constitutiva
Caros Convidados,

Em primeiro lugar queria agradecer o honroso convite que me foi endereçado para presidir à abertura dos trabalhos de constituição da Federação das Associações Cabo-verdianas de Microcrédito e saudar com muita satisfação a realização de um tão importante evento.

Passados cinco anos de trabalho exemplar das OGNS que operam na área de micro-finanças, o que se traduz no apoio e incremento de actividades geradoras de emprego e rendimento às populações mais carenciadas dos diversos concelhos do nosso país, eis chegada a hora de realização da sua 1ª Assembleia Constitutiva.

O Banco de Cabo Verde assume, inteiramente, o seu papel enquanto banco de um país em desenvolvimento com enormes problemas estruturais.

Segundo os últimos dados do INE, 36 por cento da população cabo-verdiana residente é pobre, sendo 20 por cento muito pobre e 16 por cento pobre, ou seja, mais de 160.000 almas cabo-verdianas gastam menos de 120\$00 dia. Já dizia o poeta Ovídio Martins “aprendemos com o vento a bailar na desgraça e as cabras ensinaram-nos a comer pedras para não perecermos”.

A pobreza continua mais acentuada no meio rural onde pouco mais de metade da população é pobre, cerca de 51 pc, sendo que 30 em cada 100 pessoas desse meio de residência são muito pobres. A incidência da pobreza é também maior entre as famílias chefiadas por mulheres e entre aquelas cujo chefe se encontra no desemprego.

Para combater este mal, na sua vertente humana e monetária, é preciso ultrapassar a cultura do “pedir”.

Com uma economia a crescer a taxas de 5 pct, a população não pode esperar outro circuito. Os pobres pedem ao governo e o governo pede aos parceiros internacionais. Esta cultura é bloqueadora, mas ela ainda existe em certos segmentos políticos, institucionais e da sociedade civil. O que é preciso, verdadeiramente, é fazer.

Neste quadro, temos de abrir espaços à incubação de micro e pequenas empresas dinâmicas, produtivas e competitivas. Mas também sem organização adequada, esta missão é impossível.

A economia emergente, neste final de século é baseada sobretudo em ideias, mais do que em capital ou mercadorias. Mas os idealistas, sobretudo os “pequenos” raramente tem garantias para os financiadores.

Contudo, as experiências bem sucedidas verificadas em muitas realidades sócio-económicas dos diferentes países têm comprovado que as famílias de baixo rendimento, apesar da sua pobreza, são dignas de confiança e que o acesso ao crédito é uma importante ferramenta para a promoção do micro-empresariado.

As micro-finanças constituem efectivamente um instrumento importante de prestação de serviços financeiros às camadas da população mais pobres, desprovidos de apoio financeiro e sem acesso aos serviços financeiros de um banco tradicional, permitindo-lhes iniciar os seus próprios negócios e providenciar os seus rendimentos.

Ainda que a prática de micro-finanças em Cabo Verde seja um fenómeno relativamente recente, debatendo com a escassez de recursos e a dependência dos doadores externos, ela vem ganhando

todavia contornos institucionais, relevo quantitativo e papel social e económico importante no contexto da luta contra a pobreza, graças ao trabalho meritório das ONGS.

Importa densificar e consolidar esta experiência, inovando. É preciso ganhar escala, funding, competência e dimensão. Por isso, permitam-me propor-vos a criação de um Banco de Solidariedade que iria ocupar-se de um segmento onde os bancos estão ausentes, promover o emprego independente, favorecer o desenvolvimento de todos os factores portadores de crescimento e participar no financiamento da produção. Isso será possível através de criação legal de novas formas de garantia direccionadas para as camadas mais pobres do nosso país, as cerca de 160.000 almas de que falava há pouco. Refiro-me à caução mútua, aos fundos de garantia, à poupança forçada depois da obtenção do financiamento, á mutualização progressiva do capital social e à garantia solidária.

Este quadro permitirá a sua regulação por uma entidade de supervisão, criando uma das condições de êxito e sustentabilidade de um sistema de micro-finanças, na promoção do desenvolvimento - o acesso ao mercado de capitais e interbancário. O Banco de Cabo Verde vem trabalhando na criação do quadro legal para o efeito.

A minha mensagem final é de confiança. Eu creio que acabou o tempo em que as pessoas achavam que no fundo, no fundo, com mais um apoio aqui ou ali, resolveremos os nossos problemas e o problema da pobreza.

Acho que já é momento de se enraizar na sociedade cabo-verdiana a consciência de que temos um problema global de “saber fazer”.

E a consciência de que temos esse problema e de que ele não se resolverá automaticamente, é a melhor garantia que tenho de que saberemos enfrentá-lo e resolvê-lo.

O que é preciso, verdadeiramente, é fazer e não pedir. É, precisamente, o que estão a fazer.

Por isso, muito obrigado a todos.